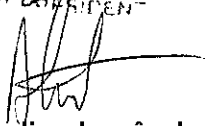


APROVADO POR
UNANIMIDADE
DO PRESIDENTE



ATA N.º 02/2019

17/09/2019



Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, com início às vinte e uma horas, foi realizada na sala de sessões da Junta e Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro, a reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de abril, com a presença dos seguintes elementos:

PS – Partido Socialista

António Miguel de Castro Fernandes
Tatiana Alexandra Lopes da Cunha
Valdemar Soares de Lima
Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva
Esperança Raquel Soares Vieira
Rui Pedro Fernandes Teixeira
Daniel Freitas Pereira
Ana Filipa Pedrosa de Almeida
Hugo José Machado de Oliveira

Coligação PSD/PP – Gaia de Novo

Joaquim Augusto Ferreira da Silva
Vitor Salomão Oliveira Martins

BE – Bloco de Esquerda

Vitor Manuel de Oliveira Barros

CDU – Coligação Democrática Unitária

Artur José Bastos Oliveira

Em representação da Junta de Freguesia

Dário Soares Freitas da Silva
Francisco Manuel Teixeira Ferraz
Abílio Fernando da Silva Ferreira
Lara Filipa Queirós Cardoso
Henrique Ribeiro Barros

Presidiu a esta Assembleia o Sr. António Miguel de Castro Fernandes, sendo secretariado pela Sr.ª Tatiana Alexandra Lopes da Cunha e pelo Sr. Valdemar Soares de Lima. -----

Sr. António Miguel de Castro Fernandes, Presidente da Mesa – Cumprimentou todos os presentes e deu início à reunião. -----

Sr. Presidente da Mesa – Procedeu à leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos, conforme constava do edital de 10 de abril de 2019 (**doc. 1 que se anexa apenas no original**), que eram os seguintes:

1. Período de Intervenção Aberto ao Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia.
3. Período da Ordem do Dia.
 - 3.1. – Apreciação e Votação do Relatório e Contas de 2018.
 - 3.2. – Discussão e Votação da 1.ª Revisão Orçamental para o ano financeiro de 2019.
 - 3.3. – Apreciação do Inventário e Cadastro da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.
 - 3.4 – Apreciação da contratação de empréstimo bancário, no ano 2019, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 20 de dezembro de 2018.
 - 3.5. – Apreciação e Ratificação dos Protocolos assinados com o Município de Vila Nova de Gaia, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 20 de dezembro de 2018.
 - 3.6. – Discussão e Votação da Ata n.º 06/2018 e da Ata N.º 01/2019.
 - 3.7. – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Junta.

Ponto 1 – Período de Intervenção Aberto ao Público.

Não existiram inscrições do público para participação no período de intervenção nos termos regimentais.-----

Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Cumprimentou todos os presentes, tendo de seguida apresentado e lido os seguintes documentos: uma Intervenção da CDU - Período Antes da Ordem do Dia (**doc. 2 que se anexa apenas no original**); uma Declaração Política Sobre o Direito a Transporte Público Mais Barato e Acessível (**doc. 3 que se anexa apenas no original**); uma Moção Pela Reposição das Freguesias (**doc. 4 que se anexa apenas no original**); por último, uma Moção sobre o 45º Aniversário do 25 de Abril (**doc. 5 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Vítor Barros (BE) – Cumprimentou todos os presentes, tendo de seguida apresentado e lido os seguintes documentos: um Voto de Pesar pelas Vítimas do Ciclone IDAI em Moçambique (**doc. 6 que se anexa apenas no original**); uma Congratulação (**doc. 7 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Hugo Oliveira (PS) – Cumprimentou todos os presentes, apresentou e procedeu à leitura de um Voto de Congratulação ao Movimento Associativo (**doc. 8 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva (PS) – Cumprimentou todos os presentes, apresentou e procedeu à leitura de um Voto de Congratulação pela Criação do Passe Único (**doc. 9 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Rui Teixeira (PS) – Sobre o voto de pesar apresentado pelo BE, disse que, naturalmente, o PS se associava ao referido voto e que estavam solidários com Moçambique e a região atingida pelo ciclone. Destacou que já tinha sido disponibilizado um apoio no valor de 50.000 euros, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, para ajuda do povo de Moçambique. -----

Sr. Presidente da Junta – Relativamente aos requerimentos e pedidos de esclarecimento apresentados disse que responderia por escrito. -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu que, antes da votação dos documentos, fosse feita uma pausa nos trabalhos para análise das moções apresentadas. --

Sr. Presidente da Mesa – Conforme solicitado interrompeu os trabalhos para uma pausa. -----

Sr. Presidente da Mesa – Todos presentes, retomou a ordem de trabalhos e colocou à votação os seguintes documentos:

- **Moção pela Reposição das Freguesias, apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária, a qual foi Rejeitada com 9 (nove) Votos Contra do PS, 2 (dois) Votos a Favor da CDU e BE, e 2 (duas) Abstenções da Coligação PSD/PP – Gaia de Novo.** -----

- **Moção 45º Aniversário do 25 de Abril, apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária, a qual foi Aprovada por Maioria, com 11 (onze) Votos a Favor, sendo 9 (nove) Votos do PS, 1 (um) Voto da CDU e 1 (um) Voto do BE, e 2 (duas) Abstenções da Coligação PSD/PP – Gaia de Novo.** ---

- **Voto de Pesar pelas Vítimas do Ciclone IDAI em Moçambique, apresentado pelo BE, o qual foi Aprovado por Unanimidade.** -----

- **Voto de Congratulação ao Movimento Associativo, apresentado pelo PS, o qual foi Aprovado por Unanimidade.** -----

- **Voto de Congratulação sobre o Passe Único, apresentado pelo PS, o qual foi Aprovado por Maioria, com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 9 (nove) Votos do PS e 1 (um) Voto da CDU, 1 (um) Voto Contra do BE e 2 (duas) Abstenções da Coligação PSD/PP – Gaia de Novo.** -----

Sr. Vítor Barros (BE) – Pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto. Disse que votava contra o Voto de Congratulação sobre o Passe Único, apresentado pelo PS, não porque era contra a medida em si, mas porque puxavam os louros apenas para um único partido, o PS, e, na verdade, a medida teve o apoio do BE e da CDU. -----

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia.

Ponto 3.1. – Apreciação e Votação do Relatório e Contas de 2018. (doc. 10 que se anexa apenas no original).

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Cumprimentou todos os presentes e disse que relativamente ao Relatório e Contas 2018 e Balanço das Atividades Desenvolvidas dispunham de informação parca e que o tempo disponível para análise era muito curto. Sobre o Relatório de Atividades, questionou e pediu os seguintes esclarecimentos: sobre a rubrica de receitas 07019903 Bens Diversos, disse que de 2014 a 2018 foi sempre orçamentado o valor de 250 euros sem nunca ter sido movimentado na sua execução; na componente de Despesas Correntes orçamentadas apresentou, para o ano de 2018, um valor de 5 euros na rubrica 01010404, tendo sido executado um valor de 7.578,78 euros, o que demonstrava falta de rigor técnico orçamental e falta de conhecimento efetivo; a que se referia o valor da rubrica 01010404 Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho; sobre a rubrica 010202 Horas Extraordinárias, considerando os anos de 2016, 2017 e 2018 que foram orçamentados 6.000 euros em cada ano e a execução foi sempre mais elevada e com continuidade de gasto na rubrica, questionou se não seria de ponderar a criação de um novo posto de trabalho; qual o motivo para as grandes oscilações registadas na rubrica Locação de Outros Bens 020208; qual a natureza do registo na rubrica 020219 Assistência Técnica; qual o motivo para a rubrica 02022506 Contrato de Emprego e Inserção ser registada apenas no ano de 2015, não o sendo nos restantes anos; qual o motivo para o registo de valores, desde 2016 até à presente data, da rubrica 04080201, com a mesma designação da rubrica anterior mas inserida na Conta Principal de Famílias. —

Sr. Rui Teixeira (PS) – Tendo-lhe sido dada a palavra, procedeu à leitura da sua intervenção (**doc. 11 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Presidente da Junta – Cumprimentou todos os presentes e expressou estranheza por um documento tão importante como o Relatório e Contas ter merecido tão pouca discussão e terem sido levantadas poucas dúvidas. Concluiu que era um sinal positivo porque demonstrava estar bem elaborado. Como ponto prévio, disse que o PSD podia votar o documento com tranquilidade porque as queixas apresentadas, na Freguesia de Vilar de Andorinho, tinham sido arquivadas pelo Tribunal. Acrescentou que este facto demonstrava que, afinal, na política não valia tudo. -----

Sobre o Relatório e Contas, disse que, ao contrário, do que tinha sido referido pelo Sr. Representante do PSD, havia rigor naquilo que era orçamentado e realizado, tendo destacado a taxa de 85% de realização ao nível da despesa e da receita, o que demonstrava ser um orçamento honesto e rigoroso. Frisou que havia uma grande proximidade entre o que era orçamentado e realizado. Continuou e disse que o ano de 2018 tinha sido um ano de preparação de projetos importantes e de reivindicações. Acrescentou que também tinha sido um ano de finalização de várias obras, que de seguida enumerou, entre outras, a conclusão da Rua da Fábrica, o alargamento da Travessa do Areinho, o arranjo do Largo do Areinho, a Rua da Seara e a zona industrial. Explicou que algumas obras não eram pagas com receita da Junta de Freguesia, mas que resultavam de um longo e oportuno processo de reivindicação junto das entidades competentes, tendo apontado como exemplo a zona industrial e os passeios na Rua da Seara. Sublinhou que várias obras referidas constavam do Manifesto Eleitoral do PS e que outros partidos estavam a tentar beneficiar com as obras realizadas, mas que a população saberia avaliar o que cada um fez e o que cada um contribuiu. Referenciou, ainda, a obra na Rua Sidónio Pais, na Rua Espiridião de Sousa e o Centro Cívico. Sobre o Centro Cívico, afirmou que tinha sido dado um grande passo, uma vez que os terrenos já foram comprados e pagos na totalidade. Referiu a importância da requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia, que há muitos anos reivindicavam junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, tendo já sido celebrado o Protocolo para o efeito. Continuou e disse que o ano de 2018 tinha sido um ano de preparação de vários projetos importantes para a freguesia, que passou a enumerar, entre outros, a Rua Conde Silva Monteiro, o Largo da Lavandeira, o Centro Cívico, a requalificação da frente rio, sendo este último um investimento de mais de dois milhões e meio de euros. Destacou a forte componente no domínio social no trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia. Referiu que era um trabalho efetivo e constatável pelo número de atividades implementadas e desenvolvidas no âmbito social e para todas as faixas etárias. Destacou, ainda, o forte dinamismo cultural e envolvimento com as Associações e Coletividades, bem como a abertura do Espaço Cidadão. Disse que a defesa de uma cidade sustentável, com preocupações ambientais, tem sido uma preocupação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e também da Junta de Freguesia, tendo referido,

neste contexto, o trabalho desenvolvido no âmbito da candidatura ao programa Eco Freguesias e o projeto desenvolvido no âmbito da Economia Circular, com um financiamento do Fundo Ambiental de aproximadamente 15.000 euros. Quanto à questão dos transportes, disse que a Junta de Freguesia tinha realizado várias reuniões no sentido de serem avaliadas as carreiras, os horários, as periodicidades dos transportes na freguesia e que atualmente todas as carreiras já estavam integradas no Andante. Sobre o Passe Único, sublinhou a importância da iniciativa e intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues. Disse, ainda, que era uma das medidas mais importantes ao nível de transporte e ambiente, mas com grande impacto ao nível social, uma vez que se verificava um aumento do rendimento disponível mensal das pessoas e famílias. -----

Quanto às questões colocadas pelo PSD disse que esperava uma intervenção mais profunda sobre opções políticas. Esclareceu que a rubrica Recrutamento de Pessoal era referente à admissão e integração dos trabalhadores precários no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários. Sobre os valores orçamentados e executados na rubrica Horas Extraordinárias, esclareceu que não era possível prever com rigor o número de horas extraordinárias necessárias para a realização de determinados serviços, tendo apontado como exemplo dessa imprevisibilidade os serviços de inumação necessários aos fins de semana e realizados pelos trabalhadores afetos ao Cemitério. Esclareceu, ainda, que não era solução colocar trabalhadores por colocar porque atualmente o rigor de gestão era exigente e havia necessidade de colocação de trabalhadores qualificados. Apontou como exemplo de dificuldade de recrutamento os procedimentos concursais abertos, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, para a admissão de trabalhadores nas áreas de carpintaria, eletricidade e pichelaria, com remuneração salarial de Assistente Operacional, cerca de 600 euros, e que não apareciam candidatos. Disse que a rubrica Locação de Bens contemplava, entre outros, o aluguer de palcos destinados ao apoio a atividades culturais, sendo, por isso, um valor que oscilava porque dependia das atividades realizadas e dos apoios concedidos. Sobre a rubrica Assistência Técnica indicou os vários serviços incluídos: serviços de consultoria; programas de software; assistência ao nível de informática; assistência da máquina fotocopadora. Sobre a alteração, desde 2016, da rubrica Contrato de Emprego e Inserção para a Conta Principal de Famílias, disse que, no momento, não tinha presente o motivo da alteração de registo, mas que, posteriormente, informaria o Sr. Representante, para que ficasse esclarecido. Disse que o Relatório e Contas espelhava o rigor do trabalho desenvolvido e que apresentava uma grande proximidade entre o que era orçamentado e realizado. Disse, ainda, que o referido documento contemplava um conjunto de iniciativas a que se tinham proposto realizar e desenvolver, bem como mostrava o início de um conjunto de obras determinantes e marcantes para a Freguesia. De seguida enumerou algumas dessas obras: requalificação do Largo da Lavandeira; intervenção na Rua Conde Silva Monteiro; demolição de prédio para alinhar a Rua Raimundo de Carvalho; construção de rotunda nos Arcos do Sardão; intervenção na Rua Espiridião de Sousa; construção do Centro Cívico; intervenção da rua contígua à Esquadra e Campo de Futebol de Oliveira do Douro; perspetivar a Ponte D. Manuel dos Santos. Terminou afirmando que trabalhavam para servir a população de Oliveira do Douro e que estavam num bom caminho. -----

Sr. Presidente da Mesa – Deixou uma nota de reflexão sobre os transportes, dizendo que, em período de plena crise económica, foram questionados cerca de setecentos e cinquenta economistas de renome internacional que apontaram como principal preocupação, até ao ano de 2050, as alterações climáticas. Disse, ainda, que os transportes representavam, em Portugal, cerca de 33% do consumo energético, sendo que na prática se traduzia em 25% das emissões totais de CO₂. Acrescentou que a medida do Passe Único, para além do impacto financeiro e mensurável nas famílias, tem um impacto considerável e imensurável na redução de emissão de CO₂, com repercussões para o futuro. Frisou que a medida implementada tinha impacto muito positivo a vários níveis. De Seguida colocou à votação o seguinte documento:

Ponto 3.1. – Apreciação e Votação do Relatório e Contas de 2018, o qual foi Aprovado por Maioria com 9 (nove) Votos a Favor do PS, 3 (três) Votos Contra, sendo 1 (um) Voto da CDU e 2 (dois) Votos da Coligação PSD/PP – Gaia de Novo, e 1 (uma) Abstenção do BE. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu a palavra, apresentou e procedeu à leitura de uma Declaração de Voto (doc. 12 que se anexa apenas no original). -----

**PONTO 3.2. – Discussão e Votação da 1.ª Revisão Orçamental para o ano financeiro de 2019.
(doc. 13 que se anexa apenas no original).**

Sr. Presidente da Junta – Informou que no documento em análise constava a incorporação do saldo referente ao ano anterior, o que era um procedimento normal. Informou, ainda, que no mesmo documento constava a verba destinada à reabilitação do edifício sede, resultante do Protocolo celebrado com o Município de Gaia. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação o seguinte documento:

PONTO 3.2. – Discussão e Votação da 1ª Revisão Orçamental para o ano financeiro de 2019, a qual foi Aprovada por Unanimidade. -----

**PONTO 3.3. – Apreciação do Inventário e Cadastro da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.
(doc. 14 que se anexa apenas no original).**

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu esclarecimento sobre os bens abatidos entre janeiro e dezembro do ano anterior, tendo referido especificamente os seguintes bens: fotocopiadoras e Dumper. Acrescentou que o Dumper tinha sido abatido, mas que ainda não estava pago, porque ainda não tinha sido amortizado. De seguida, questionou se o abate era exclusivamente depositar o bem no lixo, ou se era entregue em alguma instituição ou, ainda, se tinha havido alguma recuperação financeira desses bens.---

Sr. Presidente da Junta – Em resposta, informou que o Dumper estava pago há muitos anos, que não era usado há cerca de dezoito anos, sendo considerado quase peça de museu. Informou, ainda, que o referido equipamento exigia seguro especial e um funcionário com formação específica para o manobrar, que atualmente já estava reformado. Terminou dizendo que qualquer bem com perspectiva de ser rentabilizado teria que ser vendido em hasta pública e serem cumpridas as devidas formalidades e procedimentos exigíveis para o efeito. -----

PONTO 3.4. – Apreciação da contratação de empréstimo bancário, no ano 2019, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 20 de dezembro de 2018. (doc. 15 que se anexa apenas no original).

Sr. Presidente da Junta – Começou por dizer que, na matéria do ponto em análise, a Assembleia de Freguesia apenas tinha competência para autorizar ou não a possibilidade de a Junta de Freguesia contrair o empréstimo, no entanto, apresentavam as condições para conhecimento da Assembleia de Freguesia, cumprindo o compromisso assumido em anterior reunião. Referiu que eram aquilo que faziam e diziam. Sublinhou que era um ato de verdadeira transparência. De seguida, explicou que foram apresentadas três propostas, duas delas entregues fora do prazo, sendo, por esse motivo excluídas. Continuou e disse que a única proposta entregue dentro do prazo era também a proposta mais vantajosa, sendo, por isso, a instituição bancária com a qual a Junta de Freguesia contratualizou. Terminou referindo que foi dado conhecimento às três instituições bancárias do teor da deliberação da Junta de Freguesia e respetiva fundamentação. -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Disse que receberam com especial agrado os esclarecimentos prestados e congratulavam-se com a postura, possibilitando uma análise séria e responsável. -----

**PONTO 3.5. – Apreciação e Ratificação dos Protocolos assinados com o Município de Vila Nova de Gaia, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 20 de dezembro de 2018.
(doc. 16 que se anexa apenas no original).**

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Apresentou e procedeu à leitura de uma Intervenção e Declaração de Voto (doc. 17 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Presidente da Junta – Sugeriu que o Sr. Representante do PSD fizesse um exercício de leitura das conclusões da decisão do Tribunal Administrativo, no âmbito da queixa apresentada pelo PSD em Vilar de Andorinho. Disse que no referido documento constava uma explicação muito clara e definida sobre as

competências da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia. Frisou que respeitavam muito a Assembleia de Freguesia. Disse, ainda, que não estava em causa a questão de “aceitar passar cheques em branco à Junta de Freguesia” e a prova disso estava no facto de o Tribunal ter arquivado a queixa. Acrescentou que o medo que fez o Sr. Representante do PSD votar contra, era um medo que não fazia sentido e não tinha fundamento. Explicou que era uma questão de razoabilidade, uma vez que não era possível convocar e reunir uma Assembleia de Freguesia sempre que houvesse um Protocolo para celebrar, não sendo exequível ao nível de cumprimento de procedimentos de convocatórias e ao nível de gestão de custos. Continuou e disse que não estava em causa a passagem de qualquer cheque em branco porque já era uma prática da Junta de Freguesia trazer os Protocolos à Assembleia de Freguesia, desde o mandato anterior. Relativamente ao empréstimo, disse, novamente, que à Assembleia de Freguesia competia autorizar ou não a contração de empréstimo bancário e que a análise das condições financeiras era um ato de gestão que competia ao executivo da Junta de Freguesia. -----

PONTO 3.6. – Discussão e Votação da Ata n.º 06/2018 e da Ata N.º 01/2019.

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu a palavra e disse que na Ata N.º 06/2018 o Sr. Vítor Martins tinha falado sobre a Associação Oliveirense e que essa referência não constava da ata. -----

Sr. Presidente da Mesa – Disse que iriam proceder à audição da gravação da reunião referente à Ata N.º 06/2018, para revisão e retificação do texto da ata, pelo que propôs que a Ata N.º 06/2018 fosse votada na próxima reunião. De seguida colocou à votação a Ata N.º 01/2019 e informou que só procedia à votação quem tinha estado presente na reunião:

- Ata N.º 01/2019, Aprovada por Unanimidade. -----

PONTO 3.7. – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Junta. (doc. 18 que se anexa apenas no original).

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu a palavra para questionar porque motivo os membros da Assembleia de Freguesia não eram convidados para estarem presentes em iniciativas públicas em que a Junta de Freguesia estava presente ou apoiava. Acrescentou que, no passado, os membros da Assembleia de Freguesia eram convidados pelo Presidente da Assembleia de Freguesia ou pelo Presidente da Junta de Freguesia para estarem presentes nos vários eventos que decorriam na Freguesia. -----

Sr. Presidente da Junta – Informou que em tempos muito idos havia o hábito de convidar os membros da Assembleia de Freguesia para as iniciativas e eventos que se realizavam na Freguesia, no entanto, constataram que as pessoas não iam e não estavam presentes, sendo esse o motivo pelo qual deixaram de enviar os convites. Acrescentou que todas as iniciativas estavam publicadas na página institucional da Junta de Freguesia e nas redes sociais, pelo que aconselhou o Sr. Representante da CDU e os restantes membros da Assembleia de Freguesia a consultarem os referidos locais da internet para acompanharem e tomarem conhecimento dos eventos e iniciativas que se realizavam na Freguesia. Terminou dizendo que os eventos e iniciativas da Freguesia eram publicitadas atempadamente, para que todas as pessoas tomassem conhecimento e pudessem estar presentes. -----

Sr. Presidente da Mesa – Disse que a Junta de Freguesia não tinha um Gabinete de Protocolo como a Câmara Municipal para divulgação dos eventos, no entanto, se consultassem as publicações na internet e redes sociais tinham conhecimento das iniciativas e eventos da Freguesia, para que pudessem estar presentes. -----


Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Apresentou e procedeu à leitura da intervenção sobre a Informação do Presidente (doc. 19 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Presidente da Junta – Respondeu às questões colocadas e prestou as informações e esclarecimentos sobre os assuntos apresentados. Relativamente aos Arcos do Sardão disse que a intervenção da Junta era visível porque a obra inicial não previa a intervenção nos dois passeios, nem em toda a extensão de arranjo da rua. Sublinhou que foi determinante a intervenção e reivindicação da Junta de Freguesia em reunião, que decorreu na Freguesia, com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que não podia precisar o tempo de duração da obra e que, na sua opinião, o

tempo de duração estava a ser excessivo, pelo que iria comunicar com a Sr.^a Diretora Municipal de Obras sobre o assunto. Sobre o alargamento da Travessa do Areinho afirmou que era o cumprimento de uma promessa com muitos anos. Disse que a Junta de Freguesia tinha tido um papel muito importante neste processo porque conseguiram convencer o proprietário a ceder o terreno para o alargamento da Travessa, recebendo em contrapartida uma indemnização, bem como a reconstrução do muro. Quanto aos elevadores na Urbanização D. Manuel Martins, disse que estava avariado apenas um elevador e que receava o prolongamento dessa situação. Continuou e explicou que a situação resultava das circunstâncias exigidas pelos critérios e procedimentos de contratação pública, uma vez que a empresa que realizou a obra não tinha experiência prolongada e conhecimento técnico específico, tendo-se identificado defeitos de execução da obra, problemas de funcionamento dos elevadores e longos atrasos no cumprimento dos prazos. Sobre o Fórum Associativo, referiu que foram realizadas duas reuniões de partilha e reflexão com as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas da Freguesia e que contaram com a presença do Sr. Vereador do Pelouro. Explanou sobre os assuntos versados nas referidas reuniões: critérios e procedimentos na atribuição de apoios às atividades desenvolvidas; necessidade de planificação e cumprimento das atividades; planificação das atividades para organização do programa e agenda do Auditório e da Junta de Freguesia; partilha de informação entre as várias Associações; formação dos dirigentes associativos, entre outros. Sobre a limpeza de terreno privado localizado na Rua Prof. José Bonaparte até à Rua Padre Luís, informou que já tinha sido solicitado aos serviços competentes da Câmara Municipal, no entanto, constatou-se que o terreno era propriedade de vários herdeiros e que a decisão destes não era unânime no sentido de ser efetuada a limpeza do referido terreno. Explicou que o terreno tinha uma grande extensão e que os custos de limpeza eram elevados, não tendo, por isso, a convicção que a Câmara Municipal gastasse erário público a fazer a referida limpeza. Quanto à questão dos tarifários, informou que tinham sido realizadas várias reuniões na Câmara Municipal e na Gaiurb com os técnicos que estavam a preparar o concurso público para a contratação dos operadores. Disse que não iria haver alteração de fundo nos circuitos já existentes, que alguns percursos iriam ser reforçados com o aumento da frequência das carreiras, apontando como exemplo o percurso até à Avenida da República. Acrescentou que o concurso público iria prever cláusulas a exigirem qualidade nos autocarros e a implementação de sistemas de georreferenciação, o que permitia o registo de todo o percurso dos autocarros, dos locais específicos de passagem e respetiva hora, possibilitando o controle efetivo e real do cumprimento. Disse, ainda, que em caso de incumprimento dos percursos e horários definidos, estariam previstas cláusulas de penalização para as empresas de transportes. Referiu que tem efetuado contactos com o operador local de transportes, expondo a necessidade de revisão da frequência de forma a possibilitar um intervalo de 7 a 10 minutos entre carreiras, bem como a necessidade de reforço até à Avenida da República. Informou que tinham previsto o arranjo da Rotunda dos Arcos do Sardão, no entanto, decidiram que não iria ser efetuado o referido arranjo devido às obras necessárias e previstas, no projeto da Câmara Municipal, para implementação da Linha do MetroBus, que irá possibilitar uma ligação rápida e direta dos Arcos do Sardão até à Avenida da República. Terminou dizendo que ao nível dos transportes públicos foi dado um salto qualificativo muito grande para os próximos anos, garantindo que as pessoas iriam ter melhor transporte e mais barato, tendo destacado a dedicação e o compromisso do Sr. Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia neste domínio. -----

Sra. Tatiana Alexandra Lopes da Cunha, Secretária – Leu em voz alta a minuta da ata desta sessão ordinária (doc. 20), na presença simultânea de todos, a qual foi **Aprovada por Unanimidade** dos presentes. -----

Sr. Presidente da Mesa – Convidou todos a estarem presentes nas Comemorações da Revolução do 25 de Abril, informando que o Programa seria enviado posteriormente. Agradeceu a presença de todos e sendo meia-noite deu por encerrada esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por ele ser assinada e por mim, que a subscrevi. -----

O Presidente, 

A Assistente Técnica, 